

Apresentação

Não seria exagero dizer que o naturalismo é um “patinho feio” da história da literatura brasileira. Os manuais escolares propagam narrativas desestimulantes sobre a ficção naturalista. Não ajudam a despertar o interesse pelos livros. A carência de legitimidade estética do naturalismo é um pressuposto da historiografia tradicional. Afinal, supor que a razão científica pudesse ter alguma coisa a ver com a arte (como quer o naturalismo) era um grande equívoco. É desse lugar de “falta” que o naturalismo é tradicionalmente apresentado. Faltava bom senso, decoro, arte, beleza, ambiguidade e até – por suprema ironia – verdade. Nem mesmo o pioneiro estudo de Nelson Werneck Sodré, *O naturalismo no Brasil* (1965), foi capaz de romper com a perspectiva rígida da tradição crítica, que acentua o traço cientificista do naturalismo, e não ajudou a fomentar novas pesquisas sobre a estética. Ainda conhecemos pouco os escritores que entre 1870 e 1920 se chamavam de “naturalistas”. Para conhecê-los, propomos neste “Dossiê Naturalismos”, no plural, a adoção de uma concepção ampliada de naturalismo como estética da civilização industrial, destemida do paradoxo, capaz de acomodar novos subgêneros, vertentes e apropriações. Nesse dossiê, pretendemos apresentar contribuições para uma nova historiografia do naturalismo.

O dossiê se inicia com o artigo “Détournements naturalistes et horrifiques dans *Dingo* d’Octave Mirbeau et *Cujo* de Stephen King” no qual Anna Gural-Migdal mostra a permanência da estética naturalista na literatura contemporânea através de uma análise dos romances *Cujo* (1981), do escritor norte-americano Stephen King, e *Dingo* (1913), do escritor francês Octave Mirbeau. Por comparação de personagens cães, Gural-Migdal revela que o texto de King se mostra mais fiel ao determinismo naturalista do que o de Mirbeau. Este, com o seu *Dingo*, ao contrário do que se poderia esperar por sua proximidade com Zola, subverte o determinismo pela paródia ao introduzir o livre-arbítrio do personagem-cão. Por um lado, o romance de Stephen King joga com a tensão entre “o racional e o caótico”, mostrando sua “porosidade” ao fazer convergir os gêneros naturalista e gótico-rural, colocando em cena o degradação e o sofrimento naturalistas mergulhados no horror; já com Mirbeau, a hibridização dos gêneros serve à desconstrução do texto naturalista, evitando toda forma de determinismo pelo irracional, pelo humor e o imaginário, pois “Mirbeau [é] desses que pensam que a hereditariedade e o meio são princípios aos quais se pode escapar”.

É também na aproximação com o gênero gótico que Júlio França e Marina Sena, em “O Gótico-Naturalismo em Rodolfo Teófilo”, abordam o naturalismo do escritor cearense,

que trata do horror da seca no Ceará nas décadas de 1870 e 1880, em descrições de ambientes miseráveis e terríveis. Os personagens são marcados por este meio de degradação e morte, conduzidos à animalidade pela fome, podendo atingir a monstruosidade. Dentro de uma poética do desencanto, acusado de “excesso” nas construções de cenas mórbidas e de alto teor sexual, no que seguiria o modo cientificista da narrativa naturalista, Rodolfo Teófilo em *os Brilhantes* (1895) mescla, segundo os autores, o gênero naturalista com o gótico. Mostra-se assim um outro naturalismo pouco conhecido da historiografia, não aquele que aposta no progresso, mas o que se mostra desiludido, colocando em xeque o discurso da razão, numa visada *fin-de-siècle*.

A “grande seca” do Ceará de 1870 é também o cenário de que trata Domingos Olímpio em *Luzia-Homem*, romance de 1903 abordado por Salete de Almeida Cara em “Lição das coisas: ruínas modernas e romance naturalista brasileiro”. A seca escancarou as misérias da população de pequenos sitiantes, dando ao narrador naturalista o desafio de representar um mundo em ruínas. A autora nota que o narrador não se sente responsável pelo espetáculo de horrores que descreve e assume a posição distanciada do intelectual organicamente ligado às classes proprietárias, para quem não importavam os modos de exploração do trabalho semiescravo dos retirantes e sua submissão. A autoimagem de superioridade do narrador, argumenta a autora, lhe permite exercer a violência como forma narrativa, cooptando os personagens e instalando uma “voz coletiva” no romance, marcada pelo horror aos miseráveis e pela reprodução de valores apropriados a um passado patriarcal já perdido. A violência se confirma no descarte sanguinário da própria Luzia, no desfecho, deixando claro que não havia perspectivas para a população pobre e livre. Para a autora, em *Luzia-Homem*, “à revelia do narrador”, se revela “um enredo subjacente não nomeado, numa verossimilhança a contrapelo”, que expunha o desprezo das elites pelos subalternos.

Leandro Thomaz de Almeida, em “A ‘realidade’ no romance naturalista: questões teóricas de uma aproximação comparativa”, toma o romance do escritor paraense Inglês de Sousa como ponto de partida para uma reflexão sobre a pretensão de fidelidade da prosa realista-naturalista. Por muito tempo, a historiografia subscreveu à referencialidade como modo apropriado de leitura da ficção realista, aceitando a autoimagem dos escritores como retratistas impessoais da realidade. O autor apresenta exemplos da prosa de Inglês de Sousa em que o narrador, de modo semelhante ao que Salete de Almeida Cara apontou em Domingos Olímpio, propaga uma visão negativa da população local, revelando-se um elemento exógeno à Amazônia de que se pretende conhecedor. O autor aproxima ainda a obra

de Inglês de Sousa do gênero da *novela de la selva*, no qual a floresta aparece como espaço misterioso de libertação das convenções sociais, especialmente evidente em *O missionário* (1888), revelando o trabalho literário da ficção realista-naturalista. O artigo ressalta a importância de abandonar a abordagem conteudística do realismo e atentar para sua especificidade formal. Como conclui o autor, apoiado por Lilian Furst em *All is true: the claims and strategies of realist fiction*, a ficção realista-naturalista deve ser compreendida como um “artefato estético”, cuja principal convenção é dissimular objetividade.

Os dois trabalhos seguintes têm como foco o romance naturalista *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha. Maraísa Faria, no artigo “A passos macios e cautelosos, as mãos enluvadas: a primeira recepção de *Bom-Crioulo*”, apresenta um inédito mapeamento da aparição do romance em 1895. Traz um perfil do editor, o livreiro Domingos Magalhães, da Livraria Moderna, e de sua atuação no dinâmico mercado editorial do fim do século. Para Magalhães, *Bom-Crioulo*, uma história de amor entre dois marinheiros, era sucesso garantido de vendas, confirmado pelo rápido desaparecimento dos 5.000 exemplares da primeira edição. Apoiada por pesquisa de fontes, a autora mostra como *Bom-Crioulo* foi atacado por pesos-pesados da crítica contemporânea, como o influente Artur Azevedo. A autora também resgata os apoiadores de *Bom-Crioulo*, um grupo de escritores de menor capital simbólico que argumentaram na imprensa pelo valor do romance de Caminha, não porque fossem simpáticos ao assunto do livro, mas porque, desse modo, marcavam posição de confronto aos escritores dominantes, reunidos em torno de Artur Azevedo e do grupo da ABL. A pesquisa da autora revela que Adolfo Caminha ocupava uma posição subalterna no campo literário quando publicou *Bom-Crioulo*, o que explica o desaparecimento do romance das livrarias até a década de 1930.

Tal subalternidade – e o consequente desaparecimento do romance por décadas – nos convida a repensar a associação de Caminha a um cientificismo opressor e elitista, como sugere parte importante da fortuna crítica de *Bom-Crioulo*, especialmente aquela ligada aos Estudos Queer. Caminha e os outros escritores naturalistas (incluindo nesse grupo até mesmo Émile Zola) eram admiradores da civilização industrial, mas não tinham “fé cega” na ciência. A autoridade do discurso científico podia ser evocada para dar respeitabilidade a uma ficção percebida como grosseira e sexual, mas era uma relação – literatura *versus* ciência – de colaboração, diálogo e confronto. Atenta a essas ambiguidades, Patrícia Martinho Ferreira mostra, em “Nação, narração e naturalismo em *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha”, como o romance é atravessado por dúvidas, recuos e recursos a tradições aparentemente estranhas ao

naturalismo, como o anticientífico gênero gótico. Desse ponto de vista, Caminha não propagava acriticamente as teorias científicas de seu tempo, mas travava um diálogo com elas, relativizando-as (ou mesmo desqualificando-as) na ficção. Tais ambiguidades permitem, como mostra a autora, que se leia nas indecisões de *Bom-Crioulo* um retrato crítico do Brasil nos primórdios da República, marcado pela miséria das classes populares, pela violência, pelo racismo e pela opressão dos sujeitos que amavam pessoas do mesmo sexo.

Em seguida, temos dois artigos sobre um escritor naturalista brasileiro esquecido, Alberto Figueiredo Pimentel, cujo início de carreira se parece com o de Adolfo Caminha. Ambos ocupavam posição subalterna no campo literário, enfrentaram resistência dos escritores dominantes e foram chamados de pornográficos. Ambos emplacaram sucessos comerciais que foram banidos das livrarias (e da historiografia) por décadas. Em “Figueiredo Pimentel e o romance *O aborto*: uma história pouco conhecida do naturalismo no Brasil”, Renata Ferreira Vieira conta a história do livro de estreia do autor, que começou como folhetim num jornal de Niterói (RJ) e virou livro pelas mãos do editor Pedro Quaresma, da Livraria do Povo. Quaresma atuava no mercado do livro popular, barato e sensacionalista, e foi dentro dessa faixa que comercializou, com grande êxito, *O aborto*. A autora mapeia a duríssima recepção do livro, considerado tão ultrajante que alguns homens de letras o trataram com desdenhoso silêncio. Para entender o incômodo, considera o caráter antipatriarcal do romance, ao contar a história de uma moça solteira, disponível para o sexo, disposta a interromper a gravidez para continuar sua vida amorosa. Como mostra a autora, a morte de Maricota no desfecho não turva as inúmeras transgressões da ordem patriarcal narradas no romance.

Leonardo Mendes e Paola de Oliveira Leite estudam os dois últimos romances do autor no artigo “As trajetórias de *Suicida!* (1895) e *O terror dos maridos* (1896), romances naturalistas esquecidos de Figueiredo Pimentel”. O artigo conta a história da divulgação, publicação e recepção imediata das obras, confirmando a resistência ao naturalismo de Figueiredo Pimentel. *Suicida!* foi seu romance mais bem recebido, provavelmente por se aproximar de outras obras naturalistas conhecidas, como *O mulato* (1881), de Aluísio Azevedo, na crítica ao Império e ao latifúndio escravista. Já *O terror dos maridos*, no qual os autores identificam semelhanças com *O aborto* (ao tomar o sexo como motor da ação humana), foi desqualificado como “romancete” por Artur Azevedo e teve pouca repercussão na imprensa – mas boas vendas. Os autores apontam que os romances naturalistas de Figueiredo Pimentel devem ser compreendidos como livros de um escritor-jornalista. Por

virem de sua experiência de cronista e repórter, os romances tinham a ligeireza de obras escritas às pressas, para sair nos jornais em prazos estipulados, com vistas a atrair e fidelizar leitores. Ao chamar seus romances de “naturalistas”, argumentam os autores, Figueiredo Pimentel visava mais ao sensacionalismo do que ao cientificismo da estética.

Atentar para o sensacionalismo e para a pornografia da ficção naturalista, como partes integrantes da estética, parece-nos crucial para uma nova historiografia que ultrapasse o foco limitador, e às vezes caricatural, no sisudo cientificismo. Isso nos permite expandir o cânone para incluir autores naturalistas bem-sucedidos do passado, mas neutralizados pelos escritores dominantes, como Figueiredo Pimentel, no Brasil, e Alfredo Gallis, em Portugal. O autor português é estudado por Aline Moreira Duarte no artigo “Naturalismo, pornografia e histeria em *Mártires da virgindade*, de Alfredo Gallis”. No seu tempo, Gallis foi um *best-seller* de livros licenciosos, especialmente quando assinava contos pornográficos com o pseudônimo “Rabelais”. A fama de escritor libertino contaminava a recepção de seus romances naturalistas, nos quais flertava abertamente com a pornografia. Em *Mártires da virgindade*, Gallis equipara o celibato forçado da mulher sem marido a um “martírio”, que só produzia loucas e cadáveres. A histeria feminina e a repressão sexual da mulher foram temas naturalistas clássicos, explorados por Aluísio Azevedo em *O homem* (1887) e Júlio Ribeiro em *A carne* (1888), quase sempre em ficções indecisas entre condenar ou defender a opressão. A mesma ambiguidade a autora identifica em Gallis, apesar do corajoso prêmio condenatório, mostrando como era difícil, num campo literário esmagadoramente masculino, colocar o patriarcalismo sob suspeição.

Como típico autor naturalista, Alfredo Gallis apresentava sua ficção como estudo e denúncia dos hábitos corruptos da sociedade. Os escritores alegavam uma intenção pedagógica (ou civilizatória) no romance naturalista para se defender das acusações de imoralidade. No último artigo do dossiê, Maria Helena Santana, em “O naturalismo e a moral ou o poder da literatura”, discute o poder e os limites da literatura naturalista como reguladora social. Colhendo exemplos em Zola, Eça de Queirós e Adolfo Caminha, a autora mostra como a hipótese naturalista – a vida física se sobrepõe à vida moral –, na verdade, colocava sob suspeição qualquer intuito regulador da ficção. O artigo cita trecho do romance de estreia de Caminha, *A normalista* (1893), no qual a protagonista lê *O primo Basílio* como narrativa erótica, alheia a qualquer pedagogia. Como mostra a autora, “os textos naturalistas facilmente derrogam os seus pressupostos, deixando entrever certa descrença na virtude do ser humano e na capacidade da literatura para o aperfeiçoar”. O destaque que a historiografia deu à intenção

pedagógica do naturalismo foi outro caso de naturalização da autoimagem dos escritores, sem considerar as formas como os romances eram apropriados e lidos por leitores e livreiros do segundo oitocentos. Como conclui a autora, ao contrário do que se lê na historiografia, “moralismo e naturalismo nem sempre se harmonizam bem”.

O dossiê “Naturalismos” termina com uma entrevista com João Roberto Faria, professor e pesquisador da USP, que fez importante contribuição à historiografia ao revelar a existência no Brasil de um dinâmico teatro ligado à estética, no seminal *Ideias teatrais: o século XIX no Brasil* (2001). Não só as adaptações para o teatro dos romances de Émile Zola foram encenadas, com êxito, no Brasil, como também escritores como Aluísio Azevedo exploraram o realismo e a corporalidade da estética nos palcos. Indagado se o romance naturalista ainda é lido, Faria aponta algumas obras que continuam disponíveis nos catálogos das livrarias: *O cortiço*, de Aluísio Azevedo (o mais lido), *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha e *Luzia-Homem*, de Domingos Olímpio (para citar algumas), como prova de que são lidas, mas acredita que o interesse pelo naturalismo se restrinja às escolas e às faculdades de Letras. Uma exceção seria *Bom-Crioulo*, como aponta, que conquistou um público novo nos últimos vinte anos, graças ao tema do homoerotismo. Embora concorde que o “romance científico” do século XIX esteja morto, Faria reconhece o legado do naturalismo na literatura brasileira do século XX: o romance de 1930, o romance-reportagem da década de 1970, o romance de Rubem Fonseca, os contos de Dalton Trevisan e o teatro de Nelson Rodrigues, ou ainda a literatura de escritores contemporâneos como Paulo Lins e Marcelino Freire, entre outros, que partem de um princípio sistematizado e radicalizado pelo naturalismo no século XIX: à literatura cabe mostrar “a vida como ela é”.

Além dos 10 estudos e da entrevista do dossiê, a *Soletras* 30 traz duas seções livres nas áreas de “Estudos Literários” e “Estudos Linguísticos”, com mais 8 artigos sobre temas variados. No primeiro grupo, há estudos sobre a modernidade de Mário Sá-Carneiro; uma reflexão sobre *A paixão segundo G. H.*, de Clarice Lispector; e um trabalho sobre a obra *Noches Lúgubres*, do escritor espanhol José de Cadalso. No segundo grupo, aparecem estudos sobre o dialogismo de Bakhtin; a teoria da enunciação de Émile Benveniste; a aquisição da língua portuguesa por crianças surdas; a Teoria da Relevância; e uma análise discursiva das portarias do ENEM.

**Leonardo Mendes
Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina**

Organizadores